

Revista
PRAIAVERMELHA
Estudos de Política e Teoria Social

v. 23 n. 1
Janeiro/Junho 2013
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 23	n. 1	p. 01-320	Jan/Jun 2013
------------------------	----------------	-------	------	-----------	--------------

Dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores: pós-neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, transferência de renda e hegemonia

Marcelo Sitcovsky

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise sobre os dez anos do PT à frente do governo federal, considerando alguns aspectos econômicos, sociais e políticos. Para tanto, analisamos as teses do pós-neoliberalismo e do neodesenvolvimentismo, no que se refere à política econômica e aos programas sociais de transferência de renda, desvelando o papel ideológico que elas vêm cumprindo, no sentido de ocultar a realidade e contribuir com a hegemonia dominante.

PALAVRAS-CHAVE

Hegemonia.
Pós-neoliberalismo.
Transferência de renda.

Recebido em 15/09/13.
Aprovado em 14/11/13.

Ten years of (labour party) PT government: post-neoliberalism, new developmentalism, income transfer and hegemony

This article presents an analysis of the ten years of PT ahead of the federal government, taking into consideration some economic, social and political aspects. To do so, we analyzed the theses of post-neoliberalism and the new developmentalism, with regard to economic policy and income transfer social welfare programs, unveiling the ideological role that they have been playing, which is of hiding the reality and contributing with the dominant hegemony.

KEYWORDS Hegemony. Post-neoliberalism. Income transfer.

A tarefa de analisar os dez anos do Partido dos Trabalhadores (PT) à frente do governo federal certamente nos obriga a fazer escolhas, e as nossas passam, necessariamente, pela análise de alguns aspectos econômicos, sociais e políticos dos governos Lula e Dilma. Ao longo deste artigo, pretendemos apresentar os elementos que sinalizam que os governos do PT, longe de oferecerem alternativas concretas que atendam às necessidades históricas dos trabalhadores, vêm, em verdade, contribuindo com a hegemonia do capital.

Cabe, inicialmente, esclarecer que não resta dúvida sobre as diferenças entre os governos Lula/Dilma e os governos Fernando Henrique Cardoso (FHC). Entre os analistas que têm dedicado seus estudos à agenda do Estado brasileiro, é conhecida a tese que equaliza as gestões do PT e do PSDB. Não nos filiamos a tal perspectiva, no entanto, também não aderimos às posições que advogam na defesa acrítica dos governos petistas e que rotulam de conservadora toda a crítica a eles dirigida. Do nosso ponto de vista, a análise crítica e, portanto, radical da realidade do país passa, necessariamente, pelo exame da dinâmica da sociedade brasileira.

As questões conjunturais, objeto de nossa análise, estão imbricadas com elementos estruturais, ou seja, com as determinações de um país capitalista periférico, inserido no mais longo período de crise do capital. Nesse sentido, na nossa perspectiva, não é possível operar uma análise concreta dos governos Lula/Dilma sem essa importante mediação. Todavia, essa observação metodológica não possibilita qualquer interpretação de que os resultados considerados negativos/equivocados das gestões petistas sejam hipotecados exclusivamente à crise estrutural do capital.

Pós-Neoliberalismo e Neodesenvolvimentismo: A Renovação da Hegemonia do Capital

A trajetória do Partido dos Trabalhadores, durante os anos 90 do Século XX, foi construída sob um discurso crítico ao capitalismo e, em es-

pecial, ao neoliberalismo. Nos enfrentamentos políticos acontecidos nas ruas, nas praças e, até, no Congresso Nacional, a militância e a direção petista, em conjunto com outras organizações dos trabalhadores, protagonizaram importantes lutas e resistências ao Estado brasileiro, contrapondo-se à adoção da agenda neoliberal. Portanto, entre as prescrições neoliberais e a plataforma do PT, ao menos nos anos 90, existia um enorme abismo.

As resoluções do PT e da CUT davam conta de uma pauta política de enfrentamento ao neoliberalismo, que se traduziam no combate às privatizações, às terceirizações, ao modelo de Estado gerencial e à defesa de políticas sociais públicas universais e da responsabilidade do Estado no atendimento às necessidades sociais. Nesse contexto, cabe questionar: qual vem sendo a agenda implementada pelas gestões petistas à frente do Estado brasileiro. O país, após a eleição de Lula, reorganizou sua intervenção econômica, política e social ou aprofundou o caminho neoliberal?

Uma tentativa de responder a essas indagações pode ser encontrada no livro organizado por Emir Sader – *10 anos de governos pós-neoliberais: Lula e Dilma* – no qual é possível localizar os elementos que dão sustentação à tese de que o Brasil estaria experimentando, desde o primeiro mandato de Lula, tempos pós-neoliberais. Os objetivos deste artigo não comportam uma análise rigorosa de todos os elementos ali delineados, mas, tão somente, a recuperação das questões centrais que possibilitem uma análise crítica dos governos petistas.

É preciso recordar que a América Latina foi alvo privilegiado das propostas emanadas do *Consenso de Washington*, as quais foram o objeto de inúmeros acordos econômicos firmados entre os governos latino-americanos e as agências multilaterais, com destaque para o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A desregulamentação da economia, o ajuste fiscal, a flexibilização das relações de trabalho, a privatização do patrimônio público, a reforma gerencial do Estado e o conseqüente redimensionamento das políticas sociais, que aprofundou a mercantilização de direitos sociais e combinou a focalização e a seletividade, estiveram presentes nesses acordos.

Emir Sader (2013) argumenta que as ações dos governos petistas conformam uma nova agenda para o país e que esse novo caminho estaria distante das prescrições neoliberais. O autor sustenta que tais governos representam a construção da hegemonia pós-neoliberal e refere que

os governos do Lula e da Dilma podem ser caracterizados como pós-neoliberais, pelos elementos centrais de ruptura com o modelo neoliberal – de Collor, Itamar e FHC – e pelos elementos que tem em comum com outros governos da região, como os Kirchners na Argentina, da Frente Ampla no Uruguai, de Hugo Chávez na Venezuela, de Evo Morales na Bolívia e de Rafael Correa no Equador (SADER, 2013, p. 138).

Para Emir Sader (2013), os governos Lula e Dilma representaram uma ruptura e promoveram uma inflexão na sociedade brasileira. “[...] por mais que o modelo neoliberal siga dominante em escala mundial [...] os governos do Lula e da Dilma nos colocaram na contramão das tendências mundiais” (SADER, 2013, p. 141). Dois elementos ganham centralidade na tese da hegemonia pós-neoliberal, quais sejam: o papel de indutor econômico do Estado e a prioridade nas políticas sociais.

Passemos a analisar o que vem sendo alardeado como o papel de indutor econômico do Estado brasileiro. No que se refere a esse aspecto, é possível localizar uma linha de análise comum entre a tese do pós-neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo. Do ponto de vista do governo federal, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), indubitavelmente, representa o componente central dinamizador do ciclo virtuoso de crescimento, através de investimentos estratégicos em infraestrutura que procuram aumentar a taxa de investimentos da economia e eliminar os gargalos logísticos do Brasil.

Mattoso (2013, p. 116) afirma que, “[...] depois de anos de neoliberalismo, de subordinação aos interesses rentistas e de ausência de políticas econômicas pró-desenvolvimento, fortaleceu-se o uso de políticas desenvolvimentistas e de combate à pobreza”. Esse novo movimento combinaria políticas sociais, que permitiram a ampliação do mercado interno, do consumo das famílias e os investimentos estatais em infraestrutura.

Marcio Pochmann (2013), um legítimo intelectual orgânico do PT, tem defendido a existência de um novo padrão de desenvolvimento no país, pois a estratégia de mudança social pós-neoliberal fundamenta-se em quatro pressupostos: *o primeiro* consistiria em abandonar a ideia neoliberal de que, ao alcançar a estabilidade financeira, automaticamente produziríamos um efeito positivo na economia e, conseqüentemente, avanços sociais; *o segundo* pressuposto compreende a forte ênfase nas políticas sociais, na

exata medida em que se operaram rupturas com a perspectiva dos governos dos anos 1990; o *terceiro* consiste na busca da maior autonomia na governança interna da política econômica do país, cujo resultado direto foi a *transição da macroeconomia da financeirização para a macroeconomia do produtivismo*; o *quarto* pressuposto está assentado no reposicionamento do país na nova geopolítica mundial, pois o Brasil equacionou alguns dos principais problemas da vulnerabilidade externa.

Para um arguto analista da economia brasileira, Luiz Gonzaga Belluzzo, é preciso reconhecer que o desenvolvimentismo dos anos 1950 e 1960 idealizou que o crescimento econômico solucionaria automaticamente as desigualdades econômicas, sociais e políticas transmitidas pela sociedade agrário-exportadora e semicolonial. Aquele desenvolvimento industrial não possibilitou a redução das desigualdades. Complementa Belluzzo (2013, p.109) que, “na esteira de um processo de urbanização acelerada, o desenvolvimentismo transportou as iniquidades do campo para as cidades, onde, até hoje, as mazelas da desigualdade e da violência sobrevivem expostas nas periferias e nos morros”.

Nesse sentido, podemos inferir que, em sua argumentação, Belluzzo (2013) sustenta que, ao contrário do desenvolvimentismo anterior, a atual estratégia deve estar alicerçada, entre outras coisas, no mercado interno, na reindustrialização e no prosseguimento do processo de inclusão e de distribuição de renda.

Em síntese, entre aqueles que defendem os méritos dos governos petistas e que, de forma categórica ou não, atestam a existência de um neodesenvolvimentismo em curso no Brasil, há uma convergência nas análises, qual seja: estão fundamentadas a partir do reconhecimento de que o “novo” deriva das seguintes tendências: maior aporte de investimentos em infraestrutura, políticas sociais de renda, na reindustrialização e no estímulo ao consumo.

A crítica da economia política nos obriga a analisar a realidade através de uma perspectiva de totalidade, com um processo de investigação que requer um movimento de aproximações sucessivas e tem como ponto de partida a realidade como se apresenta – a forma fenomênica – para, em seguida, extrair do real as categorias que expressam seu movimento contraditório. Nesse sentido, como Marx nos alertou, se houvesse coincidência entre aparência e essência, todo esforço da ciência seria desnecessário. Essa

advertência metodológica se faz necessária em virtude de considerarmos que a formulação neodesenvolvimentista identifica a aparência com a essência do fenômeno, o que acaba por produzir uma análise mistificada e mistificadora do real.

Leher (2013), ao prefaciар o livro organizado por Ana Elizabete Mota, *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*, pondera que a teorização do desenvolvimento como ideologia foi realizada por Miriam Limoeiro Cardoso,¹ e a autora demonstra que a incorporação do desenvolvimento como conceito obstaculizou a crítica ao capitalismo monopolista.²

As contribuições de Florestan Fernandes³ também foram recuperadas por Leher, como expressão de uma importante tradição crítica sobre a problemática desenvolvimentista. “Com os trabalhos de Florestan Fernandes e Miriam Limoeiro Cardoso, as críticas ao desenvolvimento ganharam consistência” (LEHER, 2013, p. 12). Não poderíamos deixar de citar as importantes contribuições para este debate oferecidas por Francisco de Oliveira, em sua crítica à razão dualista.⁴ O autor acrescenta que a ditadura militar tratou de silenciar, nas universidades, o pensamento crítico ao desenvolvimento.

Como a crítica à ideologia do desenvolvimento estava afundada nos subterrâneos do pensamento crítico, paulatinamente, a defesa do desenvolvimento foi se firmando como contraponto ao neoliberalismo, assumindo, na aparência, feição progressista: como os neoliberais eram avessos ao protagonismo do Estado em certos domínios, os críticos do neoliberalismo se apegaram à *estatolatria*, negligenciando toda uma tradição crítica sobre o Estado capitalista. O mesmo pode ser dito sobre o desenvolvimento: como é criticado pelos neoliberais, logo o desenvolvimento é sinônimo de pós-neo-

1 Ver Cardoso (1978).

2 Miriam Limoeiro Cardoso trabalha com uma concepção de ideologia apenas como falsa consciência, o que na nossa avaliação não permite a autora compreender a totalidade da ideologia desenvolvimentista, ou seja, a função social de direcionar a relação dos homens com a natureza e em sociedade. Por esta razão adotamos as categorias de ideologia e hegemonia.

3 Ver Fernandes (1981).

4 As contribuições de Oliveira para a problemática do desenvolvimento podem ser localizadas entre outras em *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, e no livro *A economia da dependência imperfeita*.

liberalismo. Assim, ao longo dos anos 1990, em especial no final dessa década, muitos economistas neokeynesianos estão sustentando a opção desenvolvimentista, assim como parcelas relevantes da esquerda, entre as quais as tendências majoritárias do PT e lideranças destacadas de movimentos sociais (LEHER, 2013, p. 12).

Desde a última década do Século XX, percebemos o (re)surgimento, no interior da sociedade brasileira, como parte da construção da hegemonia da classe dominante, a divulgação de uma ideologia que defende uma intervenção estatal em determinadas expressões da “questão social”, notadamente, a miséria e a extrema pobreza. Castelo, em sua crítica ao *social-liberalismo*, de forma muito precisa, afirma:

O objetivo é a gestação de um consenso mundial em torno de problemas e responsabilidades globais que contaria, segundo os ideólogos do social-liberalismo, com o apoio de todos os grupos sociais, substituindo a luta de classe pela harmonia e conciliação sociais. As fronteiras ideológicas entre as esquerdas e as direitas, algo sólido no passado, teriam se dissolvido no ar, abrindo espaço para uma política pragmática de resultados imediatos. Por isso, fala-se em uma agenda político-cultural para além da direita e da esquerda (2013, p. 72).

É inconteste que a realidade brasileira, com os governos Lula e Dilma, sofreu mudanças, e desconsiderar isso é incorrer no mesmo equívoco aqui aludido, ou seja, o não reconhecimento de que foram processadas alterações na ação do Estado brasileiro acaba por produzir um conhecimento igualmente mistificador e não permite que nos aproximemos do real tal como ele é – síntese de múltiplas determinações.

Nossa preocupação consiste em apresentar um *tertium datur*, ou seja, reconhecer as mudanças operadas nas ações do Estado brasileiro sem sucumbir a hegemonia da classe dominante, entendida nos termos de Edmundo Fernandes Dias (1996), racionalidade que se faz história. Para tanto, retomaremos os elementos centrais que sustentam a ideologia pós-neoliberal/neodesenvolvimentista, a saber: o crescimento de investimentos estatais em infraestrutura, políticas sociais, reindustrialização e consumo. Nossa argumentação segue a trilha de alguns estudos sobre a temática, especialmente, os trabalhos de Reinaldo Gonçalves.⁵

5 Particularmente nos apoiamos em dois livros recentes do autor: o primeiro, em

Gonçalves (2013) assevera que, no governo Lula, não houve grandes transformações, reversão de tendências estruturais e políticas desenvolvimentistas. Por outro lado, o próprio Gonçalves é categórico ao afirmar que os defensores do governo Lula sempre ressaltam que, pelo menos, houve melhora com a redução da desigualdade de renda e da pobreza, o que, para o autor, é um argumento irrefutável, mesmo considerando-a incipiente.

Em síntese, Gonçalves (2013), na trilha da economia política, avalia que o Brasil localiza-se dentro do *modelo liberal periférico* e assegura que, ao contrário do modelo nacional-desenvolvimentismo, o governo Lula representa um *nacional-desenvolvimentismo às avessas*. O quadro a seguir, elaborado pelo referido autor, indica os elementos centrais para tal caracterização.

Quadro 1 - Características do nacional-desenvolvimentismo e do nacional-desenvolvimentismo às avessas do Governo Lula

Nacional-desenvolvimentismo	Nacional-desenvolvimentismo às avessas – Governo Lula
Industrialização	Desindustrialização
Substituição de importações	Dessubstituição de importações
Melhora do padrão de comércio	Reprimarização das exportações
Avanço do sistema nacional de inovações	Maior dependência tecnológica
Maior controle nacional do aparelho produtivo	Desnacionalização
Ganhos de competitividade internacional	Perda de competitividade internacional
Redução da vulnerabilidade externa estrutural	Crescente vulnerabilidade externa estrutural
Desconcentração de capital	Maior concentração de capital
Subordinação da política monetária à política de desenvolvimento	Dominação financeira

Fonte: Gonçalves, 2013, p. 109.

A ideologia desenvolvimentista aponta mudanças nos rumos da política econômica e sustenta ter havido um redirecionamento da ação do Estado,

parceria com Luiz Filgueiras, A economia política do governo Lula; e o mais recente trabalho, Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento.

que refletiu numa retomada da industrialização, valorizando o mercado interno e a indústria nacional.

No que diz respeito à industrialização, os dados sistematizados por Gonçalves (2013) indicam a manutenção da desindustrialização e a des-substituição de importações. Nos termos do autor,

[...] a participação da indústria de transformação no PIB do Brasil reduziu-se de 18%, em 2002, para 16% em 2010 (IEAI, 2011). [...] Nesse período, a taxa de crescimento real do valor adicionado da mineração é 5,5%, da agropecuária é de 3,2% e da indústria de transformação é 2,7%. De fato, são esses diferenciais entre essas taxas de crescimento que informam o processo de desindustrialização (GONÇALVES, 2013, p. 91).

Acrescida a essa tendência, é preciso observar a participação das *commodities* na economia brasileira, pois o peso que assumiram contraria qualquer possibilidade de uma Era Desenvolvimentista em curso no país. Segundo Gonçalves (2013), observou-se uma tendência clara de forte ampliação da participação de produtos básicos (25,5%, em 2002, e 38,5% em 2010). Nesse caso, evidenciamos que a reprimarização foi estimulada e operada pelo *boom* de preços das *commodities*. Emblemático nesse processo é o papel que as transnacionais assumem na América Latina e, da mesma forma, no Brasil.

Não poderíamos deixar de adicionar a esse caldo a questão da financeirização, pois os indicadores evidenciam uma situação ainda pior no final do governo Lula:

O diferencial de rentabilidade entre o setor real e o setor financeiro está associado ao diferencial de acumulação de capital entre esses setores. A dominação financeira é evidenciada, então, pela crescente relação entre os ativos totais dos 50 maiores bancos e das 500 maiores empresas do país no período 2003-2010 [...]. Essa relação aumentou de 0,995 em 2002 para 1,74% em 2010. Ou seja, antes do Governo Lula, o valor dos ativos dos 50 maiores bancos era praticamente igual ao das 500 maiores empresas; no final do Governo Lula, o valor dos ativos dos 50 maiores bancos era 74% maior do que o valor dos ativos das 500 maiores empresas. (GONÇALVES, 2013, p. 108)

Diferentemente dos defensores da “nova” fase desenvolvimentista no país, na qual um dos fundamentos seria o fortalecimento da indústria nacional, o que a realidade sinaliza é a desnacionalização, uma reprimarização e a prevalência das finanças, dando continuidade à financeirização da economia, o que resulta na apropriação do excedente econômico pelos setores financeiros dominantes. Nesse sentido, o panorama do país, considerando-se, inicialmente, o governo Lula e, na sequência, sua sucessora, está longe do que os intelectuais petistas têm defendido. Isso significa que, ao menos do ponto de vista estritamente econômico, não há como sustentar a tese de que o país estaria experimentando um pós-neoliberalismo e/ou novo desenvolvimentismo. Contudo, na defesa dessa nova fase do país, também comparece, entre os argumentos, a referência às políticas sociais de transferência de renda como expressão dos novos rumos trilhados pelos governos petistas.

Política Social nos Governos Lula e Dilma: Combate à Pobreza e Transferência de Renda

As políticas sociais fazem parte do arsenal daqueles que defendem as gestões petistas à frente do governo federal, nesses últimos dez anos, da mesma forma dos que advogam a existência do novo desenvolvimentismo ou pós-neoliberalismo. Alguns chegam a afirmar que *as políticas sociais estão na ordem do dia!* Do nosso ponto de vista, é necessária uma análise cuidadosa antes de embarcamos nessa ideia.

Nesse sentido, optamos pelas políticas sociais que compõem a Seguridade Social, considerada como o principal mecanismo de proteção social, particularmente aquilo que vem sendo nomeado como inovação no campo das políticas sociais, responsável por elevar a renda familiar e dinamizar o mercado interno – os programas de transferência de renda.

Na apreciação de Pochmann (2013), o papel do Estado em relação aos governos Lula e Dilma se mostrou essencial para o Brasil poder retornar à luta pela superação do subdesenvolvimento. Para tanto, foi fundamental um reposicionamento das políticas públicas, com destaque para a forte ênfase nas políticas sociais ocorrida nesses governos, o que demonstrou, segundo o autor, a ruptura com a perspectiva dos governos neoliberais. Pochmann (2013, p. 151) considera que

as bases da economia social atual originaram-se na Constituição Federal de 1988, que estabeleceu os grandes complexos do Estado de bem-estar social no Brasil, especialmente no âmbito da seguridade social (saúde, previdência e assistência social), favoráveis ao avanço importante do gasto social absoluto e relativo ao PIB. Mesmo assim, a difusão do receituário neoliberal na década de 1990 praticamente paralisou as possibilidades de avanço do gasto social, com crescente focalização dos recursos e desvio da tendência universalista. Atualmente, por exemplo, o gasto social agregado se aproxima de 23% do PIB, quase dez pontos percentuais a mais do verificado em 1985 (13,3%).

Para outro analista,

o conjunto de programas e ações do Estado, tais como os de garantia de renda (seguridade social e Bolsa Família, por exemplo), de garantia de bens e serviços (saúde, água, luz, entre outros) e de regulação (como o salário-mínimo), mesmo que ainda demandando melhor articulação, conformou uma maior mobilização de recursos fiscais e *uma nova política social, capazes de enfrentar a pobreza e a desigualdade endêmicas* e favorecer a ampla recuperação do mercado interno (MATTOSO, 2013, p. 115 - grifo nosso).

Nessa concepção, o governo Lula teria dado os primeiros passos no caminho da ruptura com a agenda neoliberal, no que tange às políticas sociais e, na sequência, coube a Dilma dar continuidade às conquistas nesse campo. Os segmentos de menor rendimento teriam sido os mais beneficiados com a adoção de programas dirigidos para esse público, com destaque para o Programa Bolsa Família⁶ e o Plano Brasil Sem Miséria.

Cabe destacar que, conforme assinala Mota (2013), juntamente com a expansão dos programas de transferência de renda e da própria política de Assistência Social, foram estabelecidas as condições para a mercantilização dos direitos sociais, cujas ações, no campo da previdência e da saúde complementares, implicaram a ampliação de atividades rentáveis e lucrati-

6 Trataremos, mais adiante, dos programas de transferência de renda como estratégia privilegiada dos governos Lula e Dilma, que recuperaram sua trajetória na América Latina, no sentido de sustentar que esse tipo de programa fazia e continua fazendo parte da agenda de prescrições do Banco Mundial para os países latino-americanos.

vas, destinadas aos setores médio-assalariados, enquanto a Previdência⁷ e a Saúde⁸ públicas sofrem com o sucateamento e a precarização.

Maranhão (2006, p. 42-43) enuncia que

O aumento dos investimentos em uma política social para os pobres esconde a abertura de novos e lucrativos mercados de investimentos para o capital privado, em detrimento do serviço público. Assim é que, atualmente, a “inclusão dos excluídos” serve de discurso de legitimação para o avanço do capital sobre os ativos públicos e para o andamento das reformas neoliberais.

Mota (2009) sinaliza que o mercado passa a ser uma mediação explícita, e a afirmação e expansão da assistência social recoloca novas problemáticas: uma regressão no âmbito dos direitos já consolidados no campo da saúde e da previdência e a relação entre trabalho e assistência social em tempos de desemprego e precarização do trabalho.⁹

Na esteira das análises de Mota (2013), os resultados desse processo são as tendências de privatização e assistencialização da seguridade social brasileira, que implicam na criação do *cidadão-consumidor* da saúde e previdências privadas complementares; e do *cidadão-pobre*, usuário das políticas de assistência social, sob a forma de programas de renda mínima.

Combate à Pobreza: Um Reformismo sem Reforma

A fome e a miséria – como fenômenos presentes na realidade brasileira – apareceram no cenário político da campanha eleitoral e das eleições de 2002 como objetivo prioritário do então candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Essa foi uma das questões que polarizou

7 Recentemente o ciclo das reformas da previdência social parece ter sido encerrado, pois, com a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP), o sistema previdenciário consolida a via da mercantilização.

8 Multiplicam-se, em todo o país, as transferências da administração dos hospitais de âmbitos federal, estaduais e municipais para Fundações e OSCIPs, o que tem consolidado um caminho para privatização e mercantilização.

9 A esse respeito, dedicamos especial atenção no texto, Reconciliação entre assistência social e trabalho: o impacto do Bolsa Família, no livro organizado por Ana Elizabete Mota: Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade.

o debate eleitoral, assim como o tema da preservação e a continuidade dos acordos internacionais.

Depois de eleito, o novo governo, como forma de materializar a promessa de campanha, criou o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome e reinstalou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); ainda em 2003, lançou o novo programa, o Fome Zero e, nele, um novo programa de transferência de renda: o Cartão Alimentação. Contudo, em outubro do mesmo ano, a política de transferência de renda do governo foi alterada com a criação do Programa de Transferência Direta de Renda com Condiionalidades – o Programa Bolsa Família – que sinalizou, na época, que as transferências de renda desempenhariam um importante papel na área social do governo Lula. O Programa deu início a um processo de unificação das ações de transferência de renda do governo federal até então existentes (IPEA, 2009).

A criação do Programa Bolsa Família realizou uma inovação no campo dos benefícios monetários e permitiu a consolidação do pilar da garantia de renda como parte efetiva da política pública de assistência social no país. Até 2003, a transferência de renda – entendida como um conjunto dos programas de natureza não contributiva que operam a concessão de benefícios monetários de forma continuada – do governo federal funcionava através de programas e projetos com objetivos e públicos diversos. Assim, recuperar a história recente dos programas de transferência de renda permite-nos afirmar que, ao contrário do alardeado reposicionamento das políticas sociais, o governo Lula consolidou uma tendência em curso no Brasil e na América Latina.

O estudo dos programas de transferência de renda sugere que eles ganham destaque no conjunto de estratégias de enfrentamento à pobreza, na América Latina, a partir dos anos 90 do Século XX. O Banco Mundial e o FMI passam a exigir como parte dos empréstimos aos governos latino-americanos a adoção de uma agenda de luta contra a pobreza, e uma das estratégias indicadas é a adoção de programas de renda mínima (STEIN, 2008).

As prescrições neoliberais, para atenuar as mazelas dos países latino-americanos, indicavam a necessidade de operar um conjunto de reformas que transformou radicalmente as estruturas dos Estados promoven-

do privatizações, liberalização econômica, mercantilização de serviços públicos, liquidação de direitos sociais etc.

As medidas de ajuste estrutural incorporadas por quase todos os países da América Latina e do Caribe provocaram a reestruturação do Estado e a desregulamentação das relações econômicas e sociais. A tormenta neoliberal varreu os países da região e promoveu a realização de reformas que redesenharam os sistemas de seguridade social – com reforço da lógica estrita do seguro social.

Recordemos que o resultado da implementação das políticas de orientação neoliberal foi a ampliação do desemprego, da pobreza e a precarização dos serviços públicos. O desemprego e a precariedade do trabalho assumiram lugar de destaque nos argumentos utilizados para levar a cabo as reformas da previdência social nos diversos países da região. Com o discurso de inclusão dos trabalhadores precários, operaram-se grandes mudanças nos sistemas previdenciários, mas não tardou muito para ser revelada a incapacidade de inclusão dos trabalhadores informais e precarizados.

Dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 2008 indicavam que mais de 44 milhões de brasileiros (47,9% da população ocupada) não tinham cobertura previdenciária. Neste sentido, os sobrantes da previdência transitam para o campo da assistência social tornando-se beneficiários do Bolsa Família e recebedores do Benefício da Prestação Continuada (BPC). A tabela a seguir apresenta o nível de desproteção social dos trabalhadores do país.

Tabela 1 - Condições de proteção previdenciária da população ocupada - 2008

População ocupada de dez anos ou mais de idade	92,3 milhões
Contribuintes	48,1 milhões
Não contribuintes	44,2 milhões
Desprotegidos menos de um salário mínimo	19,5 milhões
Desprotegidos igual ou maior de um salário mínimo	24,7 milhões

Fonte: PNAD/2008 (IBGE, 2009).

A não cobertura previdenciária de parte da população ocupada permite-nos inferir que seu destino é a proteção pública via assistência social, o que se justificaria a sua centralidade no âmbito da seguridade social brasileira. Destaca-se que o discurso amplamente divulgado no qual justificou

as reformas da Previdência, nos governos FHC e Lula, foi o da equidade e o da inclusão dos trabalhadores sem direito a aposentadoria, entretanto os dados da tabela 1 contrariam o discurso governamental. Em síntese, as reformas dos sistemas previdenciários no Brasil não implicaram na incorporação dos trabalhadores que estavam desprotegidos.¹⁰

Boschetti (2008, p. 190), analisando essa tendência, afirma que “A ‘solução’ encontrada por esses países para minorar os efeitos das “reformas” no sistema previdenciário tem sido a expansão de benefícios não contributivos, de natureza assistencial, focalizados em situações de extrema pobreza e montantes reduzidos”.

É nesse contexto que irão se desenvolver as iniciativas de criação dos programas de transferência de renda nesses países. De acordo com Boschetti (2008), a análise recente da seguridade social latino-americana indica que a introdução dos programas assistenciais de transferência de renda ocorre em fins da década de 1980 e durante as duas décadas seguintes, o que coincide com as mudanças da previdência social no continente.

Os primeiros países a instituírem programas nacionais de transferência foram Venezuela (1990), Honduras (1997), Equador (1998) e México (1998). Nos anos 2000, outros deram início a programas de âmbito nacional. Entre eles, destacamos: Nicarágua (2000), Costa Rica (2000), Colômbia (2001), Brasil (2001), Argentina (2002), Chile (2002), Jamaica (2002), Peru (2005); El Salvador (2005); Paraguai (2005); Uruguai (2005); República Dominicana (2005), Panamá (2005) e Bolívia (2006).

As principais características dos programas de transferência de renda dos países da América Latina são a focalização e a seletividade. Cabe destacar que a duração dos programas, geralmente, é indeterminada e tem algum tipo de condicionalidade que está associada às políticas de educação e de saúde. Esse último aspecto adquire destaque nos relatórios do Banco Mundial (2005 e 2006) e nas análises da CEPAL (2006).

[...] Os programas de transferência de renda condicional constituem modalidades de intervenção que visam à promoção da acumula-

10 Os dados recentes da PNAD (2012) apresentam uma elevação na cobertura da população em relação a 2008, pois, em 2011, entre a população ocupada de dez anos ou mais de idade, os contribuintes chegaram a 58,5%, e não contribuinte, 41,5%. Isso significa que um 38,8 milhões de trabalhadores brasileiros estão desprotegidos.

ção de capital humano entre as crianças e os jovens e dessa forma, romper o ciclo intergeracional da pobreza. Mais especificamente, o condicionamento opera como um mecanismo de incentivos para que as famílias invistam em capital humano através da nutrição, educação e saúde (VILLATORO, 2004, p. 29).

Em termos gerais, os programas de transferência de renda condicionada consistem em transferir recursos para famílias pobres que devem se comprometer a cumprir metas referentes à educação, à saúde e à nutrição. Na avaliação da CEPAL (2006, p. 164),

a combinação de assistência em dinheiro com condicionalidades de saúde e educação permite combinar a redução da pobreza no curto prazo com os objetivos a longo prazo, através do desenvolvimento do capital humano como forma de superar os mecanismos de reprodução intergeracional da pobreza. Esses programas são baseados na premissa de que os pobres não têm oportunidades suficientes e não podem tratar adequadamente as situações adversas que surgem e como resultado, há grandes perdas de capital humano, quer em termos de educação ou saúde, ou ambos.

Os programas de renda mínima que vêm sendo implementados na região ocupam um importante lugar na estrutura dos sistemas de proteção social e revelam-se como a primeira e única possibilidade de acesso a qualquer tipo de recurso (STEIN, 2008). Algumas experiências vêm sendo anunciadas como caminhos a serem seguidos: é o que revelam as análises de relatórios do Banco Mundial e da CEPAL.

No México, o Programa de Educação, Saúde e Alimentação (PROGRESA) (1997) foi o primeiro programa de renda mínima a ser implementado e, logo, passou a figurar como parâmetro a ser seguido por outros países. De acordo com a CEPAL (2006), tal Programa objetivava incrementar a capacidade das famílias em situação de extrema pobreza, mediante a inversão em capital humano, nos âmbitos da educação, da alimentação e da saúde. Atualmente, o Programa se chama Oportunidades e, segundo a CEPAL (2006), atende a 25% da população mexicana¹¹. Cabe, ainda, destacar que os recursos destinados ao Programa atingiram exatos 32% do PIB mexicano – o que credencia o país ao 1º lugar no ranking de países da região, no que se refere à destinação de recursos para programas

11 México e Brasil são os países mais populosos da região (América Latina e Caribe).

de transferência de renda, em proporção ao PIB.¹²

De acordo com um analista da CEPAL,

Os programas desse tipo que estão sendo implementados na região cumprem principalmente com a função estrutural das redes de proteção social, isto é, a atenção às populações em situação de pobreza e vulnerabilidade crônica, e operam como estratégias orientadas a minorar as consequências das crises econômicas (VILLATORO, 2004, p. 29).

No caso brasileiro, tem se destacado nas avaliações das agências internacionais o Bolsa Família. Em suas análises, o Banco Mundial e a CEPAL têm dispensado elogios a diversos aspectos do Programa brasileiro. O Banco Mundial (2007) chegou a afirmar que o Programa Bolsa Família está promovendo uma *revolução silenciosa*, que está mudando a vida de milhões de brasileiros. Em se tratando de uma agência financeira internacional de tamanha estatura, infere-se que o Programa cumpre, dentre outras funções, a de legitimar o capital.

As iniciativas de expansão da assistência social - via programas de transferência de renda - longe de representar a adoção de um novo receituário para as políticas sociais, consolidaram as tendências regressivas da Seguridade Social em curso no Brasil e nos demais países latino-americanos desde os anos 1990.

Mota (2009) assevera que a Seguridade Social brasileira, longe de formar um amplo e articulado mecanismo público de proteção social, ao mesmo tempo em que promove a mercantilização da Saúde e da Previdência, amplia a assistência social, transformando-a num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, porque o acesso dos trabalhadores aos meios e às condições de vida não se confunde nem pode ser reduzido ao direito à assistência social, onde se incluem os programas de renda mínima.

O governo federal e os intelectuais orgânicos do PT sustentam que estamos experimentando inovações nas políticas sociais brasileiras, contudo, parece-nos que a propalada democratização e a ampliação do acesso à educação¹³, à saúde e à previdência vêm sendo operadas pelo binômio *pri-*

12 O México divide esse lugar de destaque com a Jamaica, que destina a mesma proporção do PIB e atinge cerca de 9,07% da população do país (CEPAL, 2006).

13 O Prouni é o exemplo de que a democratização do acesso vem sendo operada

vatização e mercantilização dos direitos sociais. Por outro lado, é inconteste que as ações assistenciais de transferência de renda adquiriram enorme relevância na agenda do Estado brasileiro com as gestões petistas.

Para Gonçalves (2013), como já aludimos, é irrefutável que a desigualdade social diminuiu no Brasil, e pelos argumentos presentes nesse debate, os programas de transferência de renda desempenharam um importante papel nesse processo. Não resta dúvida de que a criação do Programa Bolsa Família e, em seguida, do Brasil Sem Miséria¹⁴ elevou a renda de um número significativo de brasileiros e retirou das estatísticas mais de 13 milhões de famílias, aproximadamente 50 milhões de pessoas. A elevação da renda das famílias pobres do país via Bolsa Família abre uma importante questão: *o fenômeno social da pobreza pode ser solucionado através dos programas de transferência de renda?*

O principal instrumento utilizado para aferir a diminuição de desigualdade é o índice de Gini, que, no Brasil, caiu de 0,589, em 2002, para 0,577, em 2011. Na análise do IPEA, em seu informativo nº. 155, a melhora do índice de Gini poderia ser ainda melhor, pois

[...] cada ponto percentual de redução do Gini pelas vias da previdência custou 352% mais que o obtido pelas vias do Bolsa Família. Note que todas as transferências cresceram no período. Ou seja, a desigualdade poderia ter caído ainda mais se fizéssemos a opção preferencial pelos pobres pelas vias do Bolsa Família. (IPEA, 2012, p. 40).

Isso significa que o Bolsa Família tem um relevante papel na política social brasileira e vem sendo apontado como um exemplo exitoso a ser seguido e aprofundado. Todavia, parece-nos acertado afirmar que a alteração da renda, via programas assistenciais de transferência de renda, é insuficiente como estratégia de enfrentamento à pobreza. Outrossim, tais programas não possibilitam mudanças na dinâmica de produção e distribuição da riqueza social do país, o que nos força a afirmar que as variações nos índices de desigualdade e/ou pobreza no Brasil são artificiais.

pela mercantilização.

14 A justificativa para a criação do Plano Brasil Sem Miséria foi retirar da extrema pobreza cerca de 16 milhões de brasileiros cuja renda familiar per capita é inferior a R\$ 70,00 mensais.

Considerações Finais: Pós-neoliberalismo, Transferência de Renda e Hegemonia

Ao longo do presente artigo, buscamos analisar os principais elementos que sustentam a tese da hegemonia pós-neoliberal e/ou do neodesenvolvimentismo, que daria conta de explicar a realidade brasileira após dez anos de governos petistas. Os principais argumentos dos intelectuais petistas se concentram na existência de uma nova direção econômica, social e política, condensada no binômio crescimento econômico e diminuição da desigualdade.

Antônio Gramsci nos deixou um legado que nos permite analisar, principalmente, a dinâmica das classes na construção da hegemonia, o que, para o comunista sardo, está relacionado à capacidade de uma classe fazer com que seus interesses econômicos e políticos e sua visão de mundo sejam vividos como universais. Nesse sentido, no processo de constituição da sociedade capitalista, a burguesia realizou uma reforma intelectual e moral, para garantir que seus interesses assumissem a aparência de interesses universais. De tempos em tempos, a dinâmica societária exige da classe dominante um movimento de renovação de sua hegemonia, devido à luta de classes.

Na história da sociedade italiana, Gramsci observou o fenômeno do *transformismo* representado na incorporação de líderes e setores da oposição na estrutura do Estado, com a finalidade de realizar as tarefas necessárias à hegemonia da classe dominante. Do nosso ponto de vista, guardadas as devidas proporções, o resultado de dez anos de governos petistas à frente do governo federal reforça a hegemonia da classe dominante, na exata medida do que representam as reformas regressivas operadas no âmbito da seguridade social, assim como a continuidade da política econômica do país.

Os intelectuais petistas, ao apresentarem a tese do pós-neoliberalismo, do neodesenvolvimentismo, argumentando a existência de um ciclo virtuoso de crescimento, corroborado pela propaganda oficial do governo Dilma, criam uma visão mistificadora da realidade, encobrendo a reprimarização, a desindustrialização e o aprofundamento da financeirização. Da mesma forma, ao atestar a superação da extrema pobreza via Bolsa Família, reduzindo o fenômeno social da pobreza a uma questão de renda, acabam por reificá-la.

A tarefa da crítica teórica, na tradição marxista, deve permitir que se extraiam do real as contradições que conformam a sociedade capitalista. Com esse movimento, é possível conhecer a realidade tal como é – síntese de múltiplas determinações. Mas não basta conhecê-la, é preciso transformá-la, como já nos advertiu Marx nas teses sobre Feuerbach. Isso significa dizer que conhecer as contradições societárias é fundamental para a tomada de consciência dos trabalhadores e, conseqüentemente, para sua ação política. Da mesma forma, um conhecimento que mistifica a realidade tem a potencialidade de produzir o efeito oposto - bloquear a capacidade de ação e enfrentamento dos trabalhadores, o que Gramsci assinalou como *passivização*.

A insurreição ocorrida no Brasil, em junho desse ano, iniciada pela luta contra o aumento das passagens, canalizou a insatisfação popular e parece indicar que a população não suporta mais a precariedade e o sucateamento dos serviços públicos, o que contrasta com os gastos dos megaeventos. Esse processo pode sinalizar um descolamento das classes subalternas da ideologia dominante. Cabe lembrar que os recursos financeiros direcionados para esses eventos foram retirados do fundo público, cujo funcionamento a maioria da população pode até não compreender, mas, quando não recebe um atendimento no SUS, ou encontra as escolas sucateadas, passa a associar as extravagâncias do Estado às construções de Arenas e de obras que não se traduzem em melhoria da qualidade de vida.

Por fim, parece-nos fundamental operar a crítica da realidade e sinalizar as contradições e as desumanidades da sociabilidade do capital. A construção da hegemonia da classe trabalhadora passa pela elaboração de uma nova *civilidade*, de uma nova civilização, uma reforma intelectual e moral. Nesse sentido, a imposição de teses como o pós-neoliberalismo ou neodesenvolvimentismo não contribuem para esse processo. A questão decisiva é a criação do “[...] terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular, no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna[...]” (GRAMSCI, 2002, p. 18).

Referências Bibliográficas

BANCO MUNDIAL. *Uma revolução silenciosa muda a vida de milhões no Brasil e no mundo*. On line. Press Release, 2007. Disponível em <<http://www.worldbank.org>> Acessado em: 28/02/2010.

_____. Un nuevo enfoque frente a la asistencia social: la experiencia de América Latina con los Programas de Transferencias en Efectivo Condicionadas. *Nota sobre redes de protección social*, n. 15. Washington: Banco Mundial, 2006.

_____. La focalización en el Programa de Desarrollo Humano Oportunidades de Mexico. *Serie de Documentos de Discusión sobre la Protección Social*, n. 531, Washington: Banco Mundial, 2005.

BELLUZZO, L. G. Os anos do povo. In: SADER, E. (org). *Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013, p. 103-110.

BOSCHETTI, I. Seguridad social na América Latina. In: BOSCHETTI, I. et al. *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 174-195.

CARDOSO, M. L. *Ideologia do desenvolvimento no Brasil: JQ-JK*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CASTELO, R. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In: MOTA, A. E. (org). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2013, p.46-77.

CEPAL. *La protección social de cara al futuro: acceso, financiamiento y solidaridad*. CEPAL, Santiago de Chile, LC/G.2294 (SES.31/3), feb. 2006.

DIAS, E. F. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, E. F. (org). *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 9-80.

FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GONÇALVES, R. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 03. São Paulo: Civilização Brasileira, 2ª edição, 2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD 2011*. Síntese dos indicadores. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. *Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD 2008*. Síntese dos indicadores. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda*. Comunicado IPEA, nº 155, Brasília: IPEA, 2012.

_____. *Políticas sociais: acompanhamento e análises*. Vinte anos da Constituição Federal. n. 17, Brasília: IPEA, 2009.

LEHER, R. Ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia. In: MOTA, A. E. (org). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2013, p.7-19.

MARANHÃO, C. H. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, A. E. (org). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, p. 15-46.

MATTOSO, J. Dez anos depois. In: SADER, E. (org). *Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013, p. 111-122.

MOTA, A. E. Seguridade Social Brasileira: O sentido político da expansão da assistência social no governo Lula. In: SILVA, J. F. S. da et al. *Sociabilidade burguesa e Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 161-173.

_____. A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, A. E. *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 133-146.

_____. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 4ª edição, 1981.

_____. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 3ª edição, 1980.

POCHMANN, M. Políticas públicas e situação social na primeira década do Século XXI. In: SADER, E. (org). *Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013, p. 145-156.

SADER, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, E. (org). *Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013, p. 135-144.

STEIN, R. H. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: BOSCHETTI, I et al. *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008, p. 196-219.

SITCOVSKY, M. Reconciliação entre assistência social e trabalho: o impacto do Bolsa Família. In: MOTA, A. E. (org). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2013, p.225-248.

VILLATORO, P. *Programas de reducción de la pobreza en América Latina*. Un análisis de cinco experiencias. Santiago de Chile: CEPAL, 2004.

* Marcelo Sitcovsky é Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba e pesquisador do Grupo de Pesquisas sobre Trabalho – GPT.

<sitcovsky@yahoo.com>

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Mavi Pacheco Rodrigues

VICE-DIRETOR

Marcelo Braz

**DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)

José Paulo Netto (ESS - UFRJ)

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)

Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Janete Luzia Leite (ESS-UFRJ)

Alejandra Pastorini Corleto (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT,
Coimbra-Portugal), Ana Elizabete Mota
(UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima
(UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS),
Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-
Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa
dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga
(PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de
Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes
(University College London - Inglaterra),
Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena
Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete
Simionatto (UFSC-SC), José Fernando
Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de
Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim
(UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes
(UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-
RJ), Margarita Rosas (Universidad de La
Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck
(PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva
(UFMA-MA), Maria das Dores Campos
Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de

Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria
Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria
Lucia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia
Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy
(EHESP-França), Monica Dimartino
(Universidad de La Republica de Uruguay-
Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-
SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-
DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP),
Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana
Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio
Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva
(PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School
of Economics-Inglaterra), Valéria Forti
(UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP),
Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de
Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho

Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Alejandra Pastorini Corleto

Janete Luzia Leite

Maria de Fátima Migliari

TRADUÇÃO

Daniel Hanan

Daniel Stevens Torres Cárdenas

Fábio Marinho

Nicolle Varella Felipe

DESIGN EDITORIAL

E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
ess.ufrj.br/praiavermelha

Foto de Capa: Fábio Rodrigues Pozzebom/
Agência Brasil